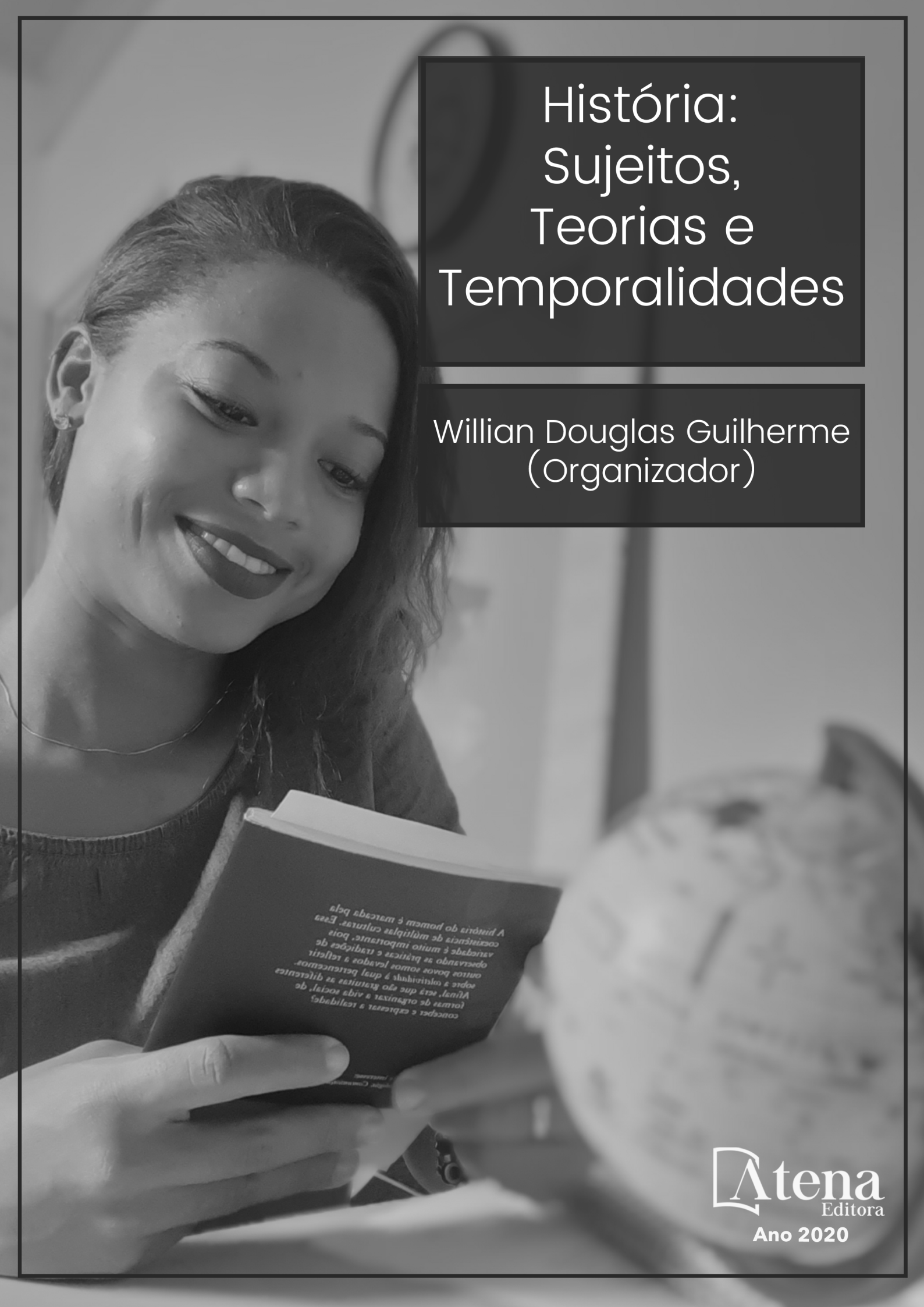


# História: Sujeitos, Teorias e Temporalidades

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

**Atena**  
Editora  
Ano 2020



# História: Sujeitos, Teorias e Temporalidades

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

 **Atena**  
Editora  
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande



Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof<sup>a</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof<sup>a</sup> Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof<sup>a</sup> Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

| <b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)<br/>(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b> |  |
|---|--|
| H673  | <p>História [recurso eletrônico] : sujeitos, teorias e temporalidades / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF<br/>           Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader<br/>           Modo de acesso: World Wide Web<br/>           Inclui bibliografia.<br/>           ISBN 978-65-5706-154-1<br/>           DOI 10.22533/at.ed.541200107</p> <p>1. História – Pesquisa – Brasil. 2. Historiografia. I. Guilherme, Willian Douglas.</p> <p style="text-align: right;">CDD 907.2</p> |
| <b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>   |  |

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

No e-book “História Sujeitos, Teorias e Temporalidades”, foram reunidos quinze artigos que fazem um debate historiográfico em torno dos sujeitos, teorias e temporalidades. Os artigos foram dispostos em cinco grupos.

No grupo um, são três artigos. O primeiro, trazendo um novo olhar sobre a colonização da então capitania de Minas Gerais no século XVIII. O segundo, discute a Lei de Terras em 1850, transitando entre as famílias ricas e pobres. O terceiro, fala sobre o movimento integracionista europeu a partir da segunda metade do século XX.

No grupo dois, os artigos discutem o sofrimento em Nietzsche, o sujeito moderno em Voltaire e o papel da memória como fonte para a história.

No terceiro grupo, são quatro artigos. O primeiro apresenta a investigação baseada na obra de Gustavo Barroso e propõe um estudo dos termos patriotismo e nacionalismo. O segundo texto traz uma reflexão sobre educação patrimonial tendo como su eito, inusitadamente, o Exército Brasileiro. O terceiro, ressalta a atuação do ex-Senador Eduardo Suplicy com referência aos temas cidadania e Programa de Garantia de Renda Mínima. Por fim, são trazidas as influências sofridas por Sérgio Buarque de Holanda em parte de suas obras.

Para o quarto grupo iniciamos com um estudo baseado nos diários de campo de Frederick Starr em suas viagens comerciais ao Congo nos anos de 1905 e 1906. Seguimos com um interessante estudo que entrelaça religiosidade e Marco (Colonial) de Touros, de 1501, localizado no Rio Grande do Norte. Fechando este grupo, um estudo de caso realizado entre os anos de 2012 e 2014, na cidade Cachoeira da Serra/PA, demonstrando o avanço da “contra-reforma-agrária” sobre a Amazônia.

O quinto grupo fechamos com dois artigos. Iniciando com um texto provocante sobre os lugares de sociabilidade em Recife na segunda metade do século XIX. E fechando o quinto grupo e a obra, é apresentada a Companhia Têxtil Brasil Industrial, então localizada na cidade de Paracambi/RJ e sua importância para a história da cidade e do Brasil.

Desejo boa leitura a todos!

Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>CAPÍTULO 1</b> .....  | <b>1</b>  |
| A FACE OCULTA DA COLONIZAÇÃO: MEDIDAS DE CONTENÇÃO À MISCIGENAÇÃO NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS (1719-1732) |           |
| <a href="#">Hilton César de Oliveira</a>   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.5412001071</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 2</b> .....  | <b>12</b> |
| A LEI DE TERRAS DE 1850 NO CENTRO DA DISCUSSÃO: UM ELO COERCITIVO SOBRE AS FAMÍLIAS LIVRES E POBRES        |           |
| <a href="#">Leandro Neves Diniz</a>  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.5412001072</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 3</b> .....  | <b>23</b> |
| A INTEGRAÇÃO EM DISPUTA: MOVIMENTO HISTÓRICO E PERSPECTIVAS SOBRE O PROCESSO INTEGRACIONISTA EUROPEU       |           |
| <a href="#">Daniel Wanderley Caliman</a>   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.5412001073</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 4</b> .....  | <b>35</b> |
| O PROBLEMA DO SOFRIMENTO EM NIETZSCHE  |           |
| <a href="#">Gabriela Ferraz Costa</a>  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.5412001074</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 5</b> .....  | <b>49</b> |
| O SUJEITO MODERNO EM VOLTAIRE  |           |
| <a href="#">Dagmar Manieri</a>   |           |
| <a href="#">Elias Rocha Rodrigues</a>  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.5412001075</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 6</b> .....  | <b>58</b> |
| TEMPO, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: REFLEXÕES SOBRE AIMÉ BOMPLAND   |           |
| <a href="#">Alessandra da Silva</a>  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.5412001076</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 7</b> .....  | <b>64</b> |
| PERSONIFICAR A NAÇÃO – NARRATIVA HISTÓRICA E ESCRITA BIOGRÁFICA EM GUSTAVO BARROSO                         |           |
| <a href="#">Erika Morais Cerqueira</a>   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.5412001077</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 8</b> .....  | <b>74</b> |
| REFLEXÕES SOBRE OS LUGARES DE MEMÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: AS INICIATIVAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO        |           |
| <a href="#">Ivan de Freitas Vasconcelos Junior</a>   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.5412001078</b>   |           |



|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 9</b> .....   | <b>86</b>  |
| A CIDADANIA E O PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA: AS IDEIAS DO SENADOR INTELECTUAL EDUARDO SUPLICY (1990-2006)                  |            |
| <a href="#">Glauber Eduardo Ribeiro Cruz</a>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.5412001079</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 10</b> .....  | <b>96</b>  |
| SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: ENTRE O HISTORICISMO ALEMÃO E OS ANNALES   |            |
| <a href="#">André Augusto Abreu Villela</a>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.54120010710</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 11</b> .....  | <b>113</b> |
| COMÉRCIO, CONHECIMENTO E CULTURA: AS SOCIEDADES CENTRO-AFRICANAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX A PARTIR DOS TESTEMUNHOS DE FREDERICK STARR |            |
| <a href="#">Paulo Roberto Firmino Marques</a>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.54120010711</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 12</b> .....  | <b>126</b> |
| O MARCO DE TOUROS: UM SÍMBOLO DA RELIGIOSIDADE POPULAR  |            |
| <a href="#">José Willians Simplício da Silva</a>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.54120010712</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 13</b> .....  | <b>141</b> |
| TERRITORIALIDADE, IDENTIDADE E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO SUDOESTE PARAENSE   |            |
| <a href="#">Karina Andréa Tarca</a>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.54120010713</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 14</b> .....  | <b>154</b> |
| RESTAURANTES E CAFÉS: OS LUGARES DE SOCIABILIDADES E GASTRONOMIA NO RECIFE DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX                          |            |
| <a href="#">Eliza Brito Santos</a>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.54120010714</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 15</b> .....  | <b>167</b> |
| UMA PROPOSTA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL DA <i>COMPANHIA TÊXTIL BRASIL INDUSTRIAL</i> EM PARACAMBI - RJ             |            |
| <a href="#">Angelissa Tatyane de Azevedo Silva</a>  |            |
| <a href="#">Davi Pereira Romeiro Neto</a>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.54120010715</b>   |            |
| <b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....  | <b>184</b> |
| <b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....   | <b>185</b> |

## TERRITORIALIDADE, IDENTIDADE E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO SUDOESTE PARAENSE

*Data de aceite: 01/06/2020*

*Data de submissão: 04/05/2020*

**Karina Andréa Tarca**

Universidade do Estado de Mato Grosso –  
Unemat

Cáceres - Mato Grosso

<http://lattes.cnpq.br/0255617392909323>

**RESUMO:** A partir da década de 1970, o estado Brasileiro – então sob a ditadura militar – estimulou processos de avanço da fronteira agrícola e ocupacional sobre o território amazônico. Sabemos que esse processo, viabilizado pelo Estado, a partir da construção de novas estradas federais, como a BR-163 (Cuiabá-Santarém), teve como um dos seus objetivos estabelecer uma “contra-reforma agrária”, especialmente no sul do país, processos problematizados e estudados por diversos pesquisadores ao longo das últimas décadas. Destarte o passar do tempo e suas contradições, o certo é que os processos de avanço da fronteira sobre a Amazônia continuam em curso, notadamente no estado do Pará sob a área de influência da BR-163. Se dando de forma semelhante, mas também específica, em

relação aos processos de ocupação da fronteira no norte do estado de Mato Grosso - já que se torna uma extensão desses avanços a partir da década de 2000 -, as áreas sob influência da BR-163 paraense emergem como territórios cheios de disputas e conflitos fundiários, ambientais, políticos e sociais. A partir de dados de campo obtidos em estudo etnográfico realizado entre os anos de 2012 e 2014 numa pequena cidade recém colonizada situada no sul da BR-163 no Pará, chamada Cachoeira da Serra, apresento e refletir sobre alguns fatores envolvidos nestes processos mais recentes de ocupação e avanço da fronteira e o modo como os atores locais deste estudo de caso vivenciaram e compreendem suas experiências, trajetórias e expectativas.

**PALAVRAS-CHAVE:** fronteira amazônica, conflitos socioambientais, identidade, BR-163.

### TERRITORIALITY, IDENTITY AND SOCIAL-ENVIRONMENTAL CONFLICTS IN THE SOUTHEAST OF PARÁ

**ABSTRACT:** From the 1970s onwards, the Brazilian state – that was under the military dictatorship - encouraged the agricultural frontier advancing processes over the Amazon territory. These processes, that the State made

possible, from new federal roads construction, such as BR-163 (Cuiabá-Santarém), had as one of its objectives to establish a “agrarian counter-reform”, especially in the south of the country, processes problematized and studied by several researchers since the 1970s. Thus, the time passage and contradictions, the truth is that the advancing frontier processes over the Amazon are still underway, notably in the state of Pará under the BR-163 influence area. Taking place in a similar but also specific way in relation to the frontier occupation processes in the Mato Grosso northern region - since it became an extension of these advances from the 2000s onwards - the areas under Pará BR-163 influence emerge as territories full of land, environmental, political and social conflicts and disputes. Based on field data obtained in an ethnographic study carried out between the years 2012 and 2014 in a small recently colonized city located in the south of BR-163, named Cachoeira da Serra, I aim to present and reflect on some factors involved in these more recent occupation and advancing the frontier processes in the southwest of Pará and the way in which the local citizens of this study were experiencing and understanding their experiences, trajectories and expectations.

**KEYWORDS:** Amazonian frontier, social and environmental conflicts, identity, BR-163.

## 1 | INTRODUÇÃO

O avanço da fronteira agrícola, extrativista, ocupacional ou fundiária na amazônica conformam uma história permeada de conflitos, especialmente no que tange a existência e os direitos das populações indígenas profundamente violentadas e silenciadas nestes processos. Como sabemos, essa história tem um passado longínquo que ocorre desde a colonização do Brasil, porém foram em décadas mais recentes, especialmente a partir da década de 1970, que o estado brasileiro passou integrar de forma mais sistemática o território amazônico dentro de um plano de desenvolvimento nacional.

Permeado por uma ideologia “desenvolvimentista”<sup>1</sup>, este projeto de expansão da fronteira amazônica, elaborada e colocada em prática durante a Ditadura Militar, teve como um dos seus objetivos lidar com as tensões agrárias que vinham se configurando em outras partes do país, notadamente nas regiões sul e nordeste. Estas regiões passaram por uma acelerada concentração e transformação fundiária – provocados por processos de modernização no campo - levando à expulsão dos “camponeses marginais” (VELHO, 1979) que, sem terras e perspectivas, tanto no campo como nas cidades, passaram a reivindicar direitos e provocar conflitos. No nordeste, tal processo já se mostrava articulado, com a formação de organizações de luta camponesa tendo como bandeira

1 A política “desenvolvimentista” esteve intimamente relacionada a uma ideologia “integralista” elaborado pelo Governo Militar (VELHO, 1979; IANNI, 1979; BECKER, 1990), tendo como objetivo incentivar processos de ocupação da fronteira amazônica através de um conjunto de ações do Governo como abertura de estradas, implementação de projetos de colonização públicos e privados, concessão de créditos e incentivos fiscais para empresas que se deslocassem para a região, assim como investimentos em infraestrutura em determinados lugares da Amazônia. Muitas propagandas foram veiculadas no período pelo Estado, visando estimular processos migratórios para a região, considerado então “espaço vazio” (BECKER, idem). Como sabemos, esses projetos foram permeados por violência e corrupção, tanto pública quanto privada, em relação à formas de ocupação territorial e grilagem de terras públicas, apropriação de recursos naturais e uso de dinheiro público (TORRES, 2017).

a reforma agrária como, por exemplo, a existência e as ações das Ligas Camponesas e suas reivindicações.

Visando contornar tais problemas, o Governo Militar buscou desarticular essas tensões mitigando-as e direcionando-as para outras regiões, como para a ocupação de terras na Amazônia, considerado então espaço “vazio” e pouco “integrado” à Nação. Estas iniciativas foram identificadas por alguns autores como uma autêntica “contra-reforma agrária” (IANNI, 1979). Desta forma, a “colonização” da Amazônia, inclusive do ponto de vista militar, teria entrado indiscutivelmente na pauta nacional. Conforme afirma Otávio Velho (1979), esta colonização adquiriu um “sentido real concreto”, pois estariam oficializadas as condições efetivas de articulação de um programa de ocupação e controle da fronteira amazônica.

A efetivação dessa política colonizadora envolveu camadas poderosas de ideologia, expressas por *slogans* da época tais como “ocupar para não entregar” ou “terra sem homens para homens sem terra”. Milhares de pessoas, sobretudo camponeses, foram incentivados pelo Estado à emigrar em direção ao território coberto pela vegetação “selvagem” e à “espera de colonos” (BECKER, 1990).

Para que o projeto fosse possível, foi necessário que o Governo Federal procedesse à abertura de novas estradas que interligassem as outras regiões do país ao território amazônico, principalmente ao centro-sul. Foi neste contexto que a BR-163 (Cuiabá-Santarém) foi construída na década de 1970, assim como a rodovia *Transamazônica* (ligando o Nordeste à Brasília, e esta à Belém, Rondônia e Acre), previstas no âmbito do *Programa de Integração Nacional*, o PIN<sup>2</sup>, tornando-se um marco das políticas integralistas de ocupação da Amazônia.

Como atestam o passar dos anos, este processo de abertura da fronteira amazônica vem nos legando uma história permeada de profundas contradições econômicas, fundiárias, políticas, sociais e, ambientais. Neste sentido, o estado do Pará, desde os anos 2000, tem se colocado como uma das regiões mais conflituosas dos processos recentes de expansão da fronteira amazônica, estimulados pelo desenvolvimento do agronegócio e o esgotamento dos processos de colonização no centro-oeste, aliadas às pressões de setores hegemônicos destes estados pelo asfaltamento da BR-163 até os portos de Santarém e Itaituba, localizados no estado do Pará, e requisitados a se transformarem em novos pólos de escoamento dos produtos para exportação (OLIVEIRA, 2005; TORRES, 2017).

O avanço de fluxos migratórios e frentes de expansão em direção ao sudoeste do estado do Pará foi, assim, intenso entre os finais da década de 1990 e durante os anos 2000. Podemos identificar que os fluxos migratórios em direção à lugares no eixo da BR-163 tiveram origem em diversos estados do país, tendo sido mais acentuado entre os estados do centro-oeste, nos estados do sul como Paraná e Santa Catarina, no nordeste o estado

<sup>2</sup> Decreto-lei nº 1.106 de 16 de junho de 1970.



do Maranhão e, inclusive, um importante fluxo migratório vindo do Paraguai, onde um contingente significativo de *brasiguaios*<sup>3</sup>, buscando retornar ao Brasil (ALBUQUERQUE, 2009) se deslocaram para lugares como o sudoeste do Pará onde encontrassem acesso barato à compra de terras e cidades em crescimento que oferecessem oportunidades de empreender outros negócios (TARCA, 2014).

Esses fluxos migratórios e a busca pela aquisição de terras e novas perspectivas de vida trouxeram como consequência o crescimento populacional e o maior desenvolvimento econômico de cidades ao longo do eixo da BR-163 no Pará, ou, mesmo, viram ocorrer tentativas de criação de novos povoados ou “projetos de colonização”, como foi o caso da cidade de *Cachoeira da Serra*, fundada no ano de 2000, e localizada entre as cidades de Guarantã do Norte-MT e a cidade de Castelo de Sonhos-PA<sup>4</sup>, distrito do município de Altamira-PA.

Neste sentido, o lançamento do empreendimento de colonização da cidade de *Cachoeira da Serra* esteve diretamente relacionado à este contexto de expansão. Caracterizado por um forte crescimento populacional já nos primeiros anos de sua existência, tendo contado com uma forte estratégia de divulgação da fundação da cidade - realizada pela Imobiliária de Guarantã do Norte-MT responsável pelo projeto - em vários municípios de médio e pequeno porte de perfil agrícola em estados como Paraná, Santa Catarina, interior de São Paulo, Mato Grosso do Sul, norte de Mato Grosso e, também, em regiões habitadas por *brasiguaios* no Paraguai (TARCA, 2014).

Este crescimento populacional verificado ao longo das áreas sob influência da BR-163 paraense, sobretudo a partir dos anos 2000, acompanhou portanto a configuração dos ciclos econômicos de expansão da fronteira nesta região, tendo sido os mais importantes o ciclo do garimpo, nas décadas de 1980 e 1990, o ciclo da madeira, nas décadas de 1990 e anos 2000, e os processos mais recentes relacionados às pressões pela difusão do agronegócio e da produção pecuária por agentes agroexportadores sobretudo do estado de Mato Grosso (OLIVEIRA, 2005).

Apesar dos processos de expansão no estado do Pará se assemelharem àqueles vivenciados em décadas anteriores na fronteira do estado de Mato Grosso, ele apresenta, no entanto, diversas particularidades, principalmente às que se referem hoje à chamada “questão ambiental” (RIBEIRO, 1992), caracterizando diversos conflitos e tensões

3 São conhecidos como “*brasiguaios*” os brasileiros que emigraram para o Paraguai ou que nasceram no país, filhos de brasileiros. A partir de fins da década de 1990 e durante a década de 2000, muitos *brasiguaios* passaram a buscar retornar ao país motivados pelos atuais conflitos por terras envolvendo paraguaios e estes grupos, nas regiões colonizadas por brasileiros (ALBUQUERQUE, 2009). A região sudoeste do Pará tem sido um destino procurado por estes grupos por conta da oferta de terras, fazendo-se presentes em quanto grupos migrantes em muitos municípios da região (TARCA, 2014).

4 O perfil das cidades ao longo da BR-163 no Pará são diferenciados, apesar de sua nítida situação de exclusão pelo poder público (TORRES, 2005). Temos cidades que nasceram do garimpo e viram retornar processos de crescimento como Castelo de Sonhos, distrito do município de Altamira, e Novo Progresso, um dos municípios mais dinâmicos da região (LACERDA, 2015). Por outro lado, temos o desenvolvimento de novos núcleos urbanos, como é o caso de *Cachoeira da Serra*, que contou com fluxos migratórios e processos de ocupação de terras acelerados até os primeiros anos de 2010, tendo sido propagada como o “mais novo pólo de desenvolvimento do sudoeste do Pará” e com uma população que chegou a ter mais de 6.000 habitantes no início dos anos de 2010 (TARCA, 2014).

políticas, sociais e econômicas na região.

Estes conflitos e tensões, portanto, emergem relacionados ao contexto de expansão acelerada vivenciado nas últimas duas décadas no sudoeste paraense, cujos agentes estão, hegemonicamente, direta ou indiretamente, vinculados à diversos tipos de atividades - tanto de sobrevivência quanto de acumulação de capital - que impõem exploração sobre os recursos naturais da floresta, como a exploração madeireira e a ocupação de novas áreas de terras por fazendeiros ou posseiros, gerando altos índices de desmatamento, queimadas, abertura de garimpos e formas de grilagem sob novos territórios<sup>5</sup>.

Assim, ao se verem confrontados às demandas e discursos cada vez mais intensos em prol de políticas ambientais de preservação e combate às formas de exploração e destruição da floresta, ocupação de novos territórios e expansão de atividades agrícolas e pecuárias na Amazônia - introduzidas de maneira mais sistemáticas em meados da década de 2000 pelo Governo Federal - , tais agentes e setores passam a reivindicar direitos e se contrapor de modo crítico ao Governo e aos agentes que são relacionados à tais políticas e discursos, considerados por eles como contrários aos “interesses, sobrevivência e desenvolvimento do povo da região”<sup>6</sup>.

Logo, é possível situar a emergência desse novo contexto a partir da implementação do *Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da BR-163*, mais conhecido como “Plano BR-163 Sustentável”<sup>7</sup>, no ano de 2006, e do posterior *Zoneamento Ecológico-Econômico* realizado no eixo da rodovia, entregue no ano de 2009, concomitante às obras – bastante controversas – de asfaltamento da 163 até o porto de Santarém (ROCHA, 2006; PINTO, 2006).

Deste modo, embora o “Plano BR-163 Sustentável” tenha sido considerado na época um projeto “inovador”, ao ter buscado aliar diretrizes de “desenvolvimento econômico” com “preservação ambiental”, criando novas Reservas Ambientais ao longo da área de influência da rodovia e implementar novas políticas de combate ao desmatamento e exploração desenfreada do território, é possível analisar que as intenções “teóricas” estiveram muito longe dos seus reais efeitos “práticos”, como atestam a existência atualmente de uma série de disputas entre interesses e discursos da população, de um

---

5 Não à toa a região da BR-163, no estado do Pará, apresenta um dos maiores índices de desmatamento, queimadas, processos de grilagem de terras e conflitos fundiários de toda a Amazônia brasileira (OLIVEIRA, 2005; TORRES, 2017) .

6 É possível encontrar um conjunto de reportagens e matérias na internet e jornais sobre os conflitos e falas de lideranças, defendendo estes pontos de vista e discursos contrários ao governo e as políticas ambientalistas considerados pelos agentes locais formas de “atacar” o desenvolvimento que estava em curso na região. Para análise de formas de mobilização no sudoeste paraense, ver os trabalhos monográficos indicados na bibliografia deste artigo.

7 O “Plano BR-163 Sustentável” apresenta conteúdo e diretrizes políticas complexas, tendo sido elaborado e implementado em meio às controvérsias a respeito do asfaltamento da BR-163 até Santarém-PA e suas possíveis consequências, sobretudo, ambientais (BRASIL, 2010). Considerado um “marco” em relação a construção de políticas públicas anteriores para a rodovia, ao ter buscado incorporar demandas de movimentos sociais e participação da população, elaborando um “planejamento transversal” entre metas socioculturais, econômicas e ambientais (OLIVEIRA, 2010; ROCHA, 2006), no entanto, seus resultados práticos têm se apresentado contraditórios e distantes dos objetivos teóricos previstos. Assim, podemos dizer que a área sob influência da BR-163 no Pará configura-se como arena de conflito, ao incorporar num mesma situação social interesses diversos, conflitantes e antagônicos entre si (SWARTZ, 1968)

lado, e as ações do Governo e suas políticas públicas, de outro (OLIVEIRA, 2006; PINTO, 2006; TARCA, 2014; LACERDA, 2015).

Desta forma, podemos apontar que um dos efeitos práticos gerados pela implementação do “Plano BR-163 Sustentável” foi fomentar um determinado tipo de antagonismo e organização coletiva nos municípios situados ao longo do eixo da BR-163 no Pará contrários ao “Programa BR-163 Sustentável” e as políticas consideradas “ambientalistas”, portanto, “prejudiciais à população”, na medida em que eles afetam interesses majoritários e atividades econômicas locais, levando setores importantes da sociedade competir politicamente por representações específicas acerca dos projetos de desenvolvimento e de ocupação da região.

Podemos dizer que, se por um lado, essas novas políticas não impediram a expansão e exploração de novas áreas florestais, por outro, elas têm impactado e gerado transformações significativas, a ponto da população se mobilizar e acionar discursos sobre a existência de uma “crise na região” como vetores de organização de movimentos contrários às ações do Governo e as chamadas políticas “ambientais” (LACERDA, 2015, 2019; TARCA, 2014; TORRES, 2017).

## 2 | FRONTEIRAS EM DISPUTA: A NOÇÃO DE “CRISE” E NARRATIVAS IDENTITÁRIAS EMERGENTES NO SUDOESTE DA BR-163 NO PARÁ

As questões relacionadas aos processos de construções identitárias dentro de contextos socioculturais específicos constituem tema importante para a análise social, na medida em que elas se constituem em fatores de conflito ou envolvem a construção de fronteiras e discursos sociais entre grupos mobilizando categorias e as acionando como “substrato para o processo de imaginação criadora da comunidade local” (PINTO, 2005).

Deste modo, é possível analisar que dinâmicas de construção de identidades ou criação de valores unificadores dentro de uma comunidade específica podem ser pensados como *atos políticos* (ERICKSEN, 1993), já que são construídos de maneira situacional e estimulados por processos de mudanças em seus contextos. Assim, comunidades e grupos desenvolvem estratégias de mobilização, valorizando determinadas categorias e narrativas, como formas de reivindicar direitos, interpretar situações vividas coletivamente ou mesmo se contrapor à processos considerados injustos ou prejudiciais aos seus interesses e trajetórias de vida (CARDOSO, 2006).

É por isso que podemos incluir a questão da *territorialidade* como elemento mobilizador de identidades, pois os atores não agem dentro de um “contexto genérico e abstrato” mas, pelo contrário, suas experiências, práticas, saberes, trajetórias e relações se desenvolvem dentro de uma “interação que é processada dentro de um quadro político específico, cujos parâmetros estão dados pelo Estado-Nação” (OLIVEIRA, 1998).

Portanto, não podemos excluir a questão da *territorialidade* como um dos fatores relacionados à dinâmicas de emergência de fenômenos étnicos e identitários (CARDOSO, 2006), na medida em que estes “parâmetros políticos” afetam contextos sociais vivenciados por grupos específicos, estabelecidos em um determinado espaço, considerado não só como espaço geográfico, mas como “uma série de outros espaços: sociais, de trocas, colonial, pós-colonial, do Estado-Nação, linguísticos, culturais e religiosos” (O’DWYER, 2011).

Assim, se torna bastante problemático considerar que as dinâmicas sociais relacionadas às experiências concretas ligadas à *territorialidade* possam ser reduzidas apenas à uma questão de “espaço geográfico”. E, apesar desses processos serem reconhecidos como centrais pelas Ciências Sociais, o mesmo não ocorre, via de regra, quando o Estado ou os Governos formulam e impõem determinados projetos políticos, ignorando vivências socioculturais específicas, cujas ações têm poder de afetar grupos inteiros ou setores subalternizados e vulneráveis da sociedade (O’DWYER, 2014).

Desta forma, talvez fique mais fácil compreender porque muitas políticas governamentais que vêm afetando e construindo experiências de territorialização específicas na Amazônia brasileira têm sido hoje geradoras de tantos conflitos, assim como as configuradas ao longo do eixo da BR-163 paraense, expressando de forma prática os reais efeitos contraditórios das diferentes ações do Estado na região ao longo das últimas décadas.

Portanto, não podemos dizer que a região da BR-163 no Pará apresenta-se como espaço “neutro” relativo à determinados efeitos pretendidos por políticas públicas atuais, mas, pelo contrário, emerge como território caracterizado por profundas disputas econômicas, políticas e sociais. Logo, torna-se bastante problemático “generalizar” tais processos sem levar em consideração as contradições geradas, tanto no passado quanto no presente, pelos processos “modernizadores de construção da nação e estratégias de redefinição do Estado e suas margens” (O’DWYER, 2014).

Assim, discriminar com maior profundidade as diferentes trajetórias de vida dos grupos sociais mobilizados no interior destes processos torna-se questão fundamental para compreender o porquê de determinadas reivindicações e formas de luta serem organizadas pela população no eixo da BR-163 paraense, disputando portanto o poder de “circunscrever a região” e “impor a definição legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de di-visão legítima do mundo social” (BOURDIEU, 2011, p.114)

De acordo com Pierre Bourdieu, esta dinâmica ocorre dentro de um “campo de lutas”, cujo “discurso regionalista como discurso performativo” opera pela capacidade de mobilizar categorias de reconhecimento e impor “princípios de visão e de divisão comuns” conformando uma “visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade” (*idem*, p.117). Podemos afirmar que a emergência de determinadas narrativas entre a



população dos municípios do sudoeste paraense – mobilizadas em torno da revalorização de noções de “pioneirismo”, “desbravamento” e “progresso” -, obedece à uma lógica social de construção política que tem servido como estratégia unificadora de interesses entre os grupos sociais que, no entanto, têm como experiência e interesse comum o sentimento de descontentamento e crítica às atuais “políticas ambientalistas” pautadas pelas ações do Governo e defendidas de modo hegemônico em outros espaços sociais, como, por exemplo, na “mídia”, consideradas por estes grupos discursos estigmatizados e ações “criminalizadoras” de suas identidades e trajetórias de vida (LACERDA, 2015; SELUCHINESK, 2008, TARCA, 2014).

Assim, desde que a implementação do “Plano BR-163 Sustentável”, seguido pelo Zoneamento Ecológico-Econômico da rodovia, teve como consequência prática intensificar ações cada vez mais repressivas de combate ao desmatamento, às queimadas, à grilagem de novas áreas de floresta, a imposição de novas legislações ambientais para exploração e transporte de madeira, regularização de projetos de manejo sustentável assim como regularização fundiária e, especialmente, leis relativas à criação de novas Reservas Ambientais. Estas políticas geraram impactos econômicos e sociais significativos nos municípios, situados no eixo da BR-163, que estavam em rápido crescimento econômico, Vemos assim a emergência destes discursos e novas formas de luta sendo organizadas contra os agentes públicos acusados de gerar “crise na região” e estigmatizar as identidades da população como “grileiros, bandidos e desmatadores de floresta.”<sup>8</sup>.

Assim, ao realizar o trabalho etnográfico na localidade de Cachoeira da Serra, no período já informado acima, em que órgãos como IBAMA, ICMBio, Força Nacional e ONGs se faziam cada vez mais presentes atuando no cotidiano de vida da população e, inclusive, a própria mídia, ao veicular diversas reportagens em cadeia nacional sobre o combate ao desmatamento e aos “crimes ambientais” praticados no sudoeste do Pará, que se contextualizam narrativas e falas dos moradores que transcrevo abaixo, em que é possível observar os informantes tecendo um conjunto de críticas à estes agentes e relatando algumas experiências vividas de enfrentamento às ações consideradas repressivas dos agentes públicos e as contradições de suas políticas na região:

**Informante A:** [...] eles (IBAMA)<sup>9</sup> já vêm pra multar mesmo!

**Informante B:** multa, prende, leva algemado, vixi! Parece que eles tão lutando numa guerra! Eles chegam de helicóptero, com aquele bando de caminhoneta, tudo armado, chega ai e vai prendendo todo mundo, parece que tá numa guerra... queima barraco, queima tudo...

---

8 Tais falas foram muito recorrentes no âmbito do meu trabalho de campo em Cachoeira da Serra, especialmente a que se referia a repetição da frase “bandidos, grileiros e desmatadores de floresta”, atribuída à uma fala do presidente Lula quando este se referia à região da BR-163 no Pará e governo à época em que o “Plano BR-163 Sustentável” foi formulado e aprovado. Por isso, foi possível registrar o quanto os governos Lula e Dilma, assim como a mandato de Marina Silva à frente do Ministério do Meio Ambiente, eram criticados e repudiados de maneira hegemônica pela comunidade local (TARCA, 2014).

9 Coloco entre parênteses informações para facilitar a compreensão do leitor em relação às falas dos informantes, ocorridas algumas vezes em formas de diálogos em que mais de uma pessoa/informante estavam presentes.

**Informante A:** queima tudo o que tem, queima barraco, motorzinho pra gerar energia, levam as motosserras...

**Informante B:** então o povo trabalha muito *massacrado*, depois que o povo entrou é massacrado mesmo, pode conversar com qualquer um ai da região que ninguém tá contente com isso não... você tá trabalhando bem mas daqui a pouco chega os caras na sua casa, algema, que nem o *Seu B* (posseiro antigo na localidade) ali também né, só porque mexia com aquelas madeiras que serraram e largaram lá, chegaram em seis, sete caminhonetes na casa dele, com Força Nacional, mais IBAMA e os militares ainda.... acho que tinha mais de duzentos homens na casa do homem ali, algemaram ele lá, levaram ele humilhado [...].

**Informante C:** [...] tão apertando! Fechando! Você já imaginou Mato Grosso... nós estamos daqui até lá estamos uns 170 km... Você viaja aqui pra cima mais 600 km (para Santarém), atravessa a Transamazônica e vai dentro da Amazônia, e ali pra baixo só Base Aérea (do Cachimbo). Pra que fim isso? Pra que tão grande essa área? Aqui você anda pra dentro 400 km só de mato! Não tem outra coisa lá no meio [...] ai você vai mais tem a *Flona* lá no meio, lá pra frente! Pra quê? Então é demais, demais de Reservas... Que nem o Sarney, o Sarney botou todas as rodovias federal pra *não botar Reserva*, cem quilômetros... cinquenta quilômetros dos dois lados não é pra existir Reserva. Que nem tu anda aqui pra cima 100 km é só Reserva, Base Aérea, que nem um dia ou outro podia *produzir*... agora tão *fechando*! Não sei pra quê tanta Reserva!

**Informante D:** [...] começou mesmo foi em 2006 (a “crise”), mais ou menos quando criou essas Reservas ai, teve muita gente que perdeu as posses...

**Informante E:** é, foi de 2006, 2007...

**Informante F:** foi quando também começou o povoamento né, uma coisa tá meio conciliada com a outra, foi bem na época que estava vindo muita, mas muita gente, dá impressão que eles fizeram tipo “*cortar*” pra não povoar, sendo que antes, muitas décadas antes, *o governo fez questão de trazer*, porque *as terras eram abandonadas*, não tinha ninguém, com medo de perder até pra outro país né, fizeram questão. Até na internet têm aqueles montes de maquinários, exército trabalhando, derrubando árvores pra abrir a BR né, eu vi na internet outro dia, e depois, depois de todo esse trabalho pra trazer o pessoal e quando o pessoal começa a se interessar em vir e não ficar com medo, ele pega e faz o “corte”, põe o IBAMA! [...] foi muita gente embora... foram queimados veículos, caminhões, tratores que foram queimados, incendiados né, com maior desrespeito! [...] agora você imagina! Uma pessoa sofreu tanto pra comprar um caminhão, pra puxar uma torinha de madeira, pra tratar de sua família, ter uma vida mais decente, porque não tem outro meio de ganho por aqui né, e ver o seu caminhão queimado? Isso é muito dóido, né!

**Informante G:** na verdade eles não pensam (os órgãos governamentais), eles não conhecem as leis que eles mesmos fizeram. Porque se existe um Código Florestal votado [...] então cumpra esse código. Se existe um Zoneamento Ecológico-Econômico votado pela SEMA (Secretaria Estadual de Meio-Ambiente do Pará), que é quem cuida das coisas do estado, do meio ambiente do estado, se ele foi votado e aprovado é lei. Se existe um Código Florestal então já existe dois parâmetros de lei, “isso você pode, isso você não pode”, “você fez? Fez” (desmatamento) então vamos nos adaptar à realidade [...] Se o cara quer continuar ilegal, tira a terra dele. Agora, a burocracia, a dificuldade, a criação de empecilhos governamentais é que joga o produtor na ilegalidade! Porque se pela legalidade você não tem acesso, você demora, você não consegue, ele vai ser obrigado a ir pela ilegalidade. Ele vai ser obrigado a ir pela ilegalidade, ou ele vai passar fome, ou ele vai passar dificuldade. Porque pra você legalizar você tem que facilitar para aquele que tá na terra [...] Porque se ele cumprir as normativas do INCRA, ele se arrebuente perante as normativas do IBAMA, se ele cumpre as normativas do IBAMA ele

se arrebenta perante as normativas do INCRA, e vice-versa perante a Receita Federal, e perante todo esse tipo de coisa!

Portanto, as experiências comuns de enfrentamento e crítica às formas de ação e políticas do Governo, tão frequentes e cotidianas entre a população da BR-163, somadas ainda às contradições burocráticas e legislativas encontradas para se regularizar situações fundiárias ou viabilizar outros tipos de atividades econômicas importantes para a sobrevivência ou desenvolvimento local, mobilizam diversos tipos de descontentamentos direcionadas ao Governo, acusado de não promover “alternativas” mas sim um contexto de “crise” e medidas alheias à “realidade do povo”.

Desta forma, os agentes do governo são tratados em geral como “inimigos” e as ações dos agentes públicos no eixo da BR-163 no Pará como profundamente autoritárias, levando os diversos grupos sociais a se unificarem em torno de determinadas lutas em comum e disputar os sentidos e os projetos de desenvolvimento que devem prevalecer em regiões de expansão da fronteira como no eixo da BR-163 paraense.

No entanto, podemos ainda ressaltar que, por outro lado, tais conflitos revelam e envolvem outras dimensões, por vezes esquecidas ou silenciadas, que se voltam para as trajetórias e aspirações de vida dos agentes que se mobilizam no interior destes processos, estimulados por narrativas oficiais de Governo ou contradições inerentes da nossa sociedade. Tais dimensões buscam se fazer presentes, no cotidiano e nos sentidos atribuídos às lutas, colocando em jogo interesses e mobilizando formas de ressignificar identidades marcadas por expectativas, dores e silenciamentos específicos<sup>10</sup>.

Neste sentido, revalorizar narrativas de “pioneirismo” e “desbravamento” como estratégias de contraposição à discursos homogeneizadores de “bandidos, grileiros e desmatadores de floresta” não revelam uma rejeição absoluta à políticas que pautem a necessidade de preservação ambiental da Amazônia, como pode parecer à primeira vista, o que seria generalizador, mas sim demarcar existências e revelar trajetórias que não querem se fazer apagadas nem negligenciadas mais uma vez pelas políticas do Estado<sup>11</sup>.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As “fronteiras”, estes espaços nem “naturais nem absolutos”, mas sim “relativos, problemáticos e construídos”, como sinaliza o antropólogo Ulf Hannerz (1996), têm

---

10 Cabe dizer que, no trabalho etnográfico realizado na localidade de Cachoeira da Serra, registrei um conjunto de relatos de vida em que um grupo significativo de posseiros, moradores da região desde a década de 1970 e início da década de 1980, era formada por pequenos agricultores ou camponeses removidos de suas terras no âmbito da construção da Usina de Itaipu, no Paraná e Santa Catarina, ou eram caracterizados por outras trajetórias de vida em que a perda de seus lugares sociais no campo, envolvidos em contextos específicos de ação estatal, se faziam presentes (TARCA, 2014).

11 Cabe sinalizar que os moradores em geral fazem uma distinção importante entre agentes considerados “grandes” e “pequenos” e, também, “verdadeiros desmatadores e grileiros”, que seriam atores - políticos, empresários, etc. - que não residem na região, mas são apontados como os maiores responsáveis pelos crimes ambientais e processos de grilagem de terras. Estes atores seriam responsabilizados de modo diferente dos grupos que residem na região e são diretamente “penalizados” e “criminalizados” pelo Governo.

se colocado como problemática importante na Amazônia, não só relativo aos projetos governamentais que têm o poder de introduzir determinadas políticas territoriais e fomentar imaginários específicos, mas também por aquilo que as pessoas e os grupos fazem delas ao “atravessá-las”, “manipulá-las”, “questioná-las” e “simbolizá-las” (HANNERZ, *idem*), ou seja, quando fazem parte das suas histórias e experiências de vida.

Por isso, pautar hoje a problemática da “fronteira” na Amazônia não é somente se perguntar pela pertinência da sua atualidade enquanto questão histórica ou mesmo conceitual (TORRES, 2017), mas sobretudo compreender também como estas questões são pensadas e simbolizadas pelas pessoas e os grupos envolvidos nestes processos de territorialidade, isto é, nos espaços que são ou foram representados enquanto tais.

Neste sentido, não podemos generalizar situações e grupos sociais que vivem na Amazônia brasileira. Sem dúvida, as experiências históricas que vêm conformando os processos de territorialização específicos na região envolvem dimensões sociais, políticas, econômicas e ambientais complexas e que se colocam além de dicotomizações absolutas entre visões “ambientalistas”, de um lado, e aquelas consideradas “desenvolvimentistas” ou “modernizadores”, de outro (BECKER, 2009; TORRES, 2017).

Logo, encontrar maneiras de mediar interesses e combater de fato processos devastadores da floresta, preservando seus recursos naturais e diversidade sociocultural, exigirá muito mais do que políticas “repressivas” ou que não promovam amplo diálogo com a sociedade. Exigirá um planejamento complexo e que leve em consideração todas essas diferenças e contradições desenvolvidas ao longo do tempo por diferentes políticas públicas e projetos autoritários do Estado.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das fronteiras**: deslocamentos e circulação de “brasiguaios” entre os limites nacionais. In: Horizontes Antropológicos, 15 (31), Porto Alegre, 2009.

BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios).

\_\_\_\_\_. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A identidade e a representação**. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Caminhos da identidade**: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006.

BRASIL. **Plano de desenvolvimento regional sustentável para a área de influência da BR-163 (Cuiabá-Santarém)**. Versão Final. Brasília: Presidência da República/Casa Civil, junho de 2006, 185 p.

ERIKSEN, Thomas H. **Ethnicity Nationalism**. Anthropological Perspectives. London: Pluto Press, 1993.

HANNERZ, Ulf. **Fronteras**. In: Unesco: Educacion Superior y Sociedad. Vol 15 (2), Buenos Aires, 1996.



IANNI, Octávio. **Colonização e contra reforma agrária na Amazônia**. Coleção Sociologia Brasileira, vol 11. Petrópolis: Vozes, 1979.

LACERDA, Renata B. **Fazer Movimentos**: mobilidade, família e Estado no sudoeste paraense. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (242 p.). Programa de Pós-Graduação UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

\_\_\_\_\_. **Brigar junto contra o Governo**: alianças e disputas na implementação de um plano de desenvolvimento sustentável. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais (online), vol. 34, n. 100, São Paulo, 2019.

O'DWYER, Eliane C. **Projeto modernizador de construção da nação e estratégias de redefinição do Estado e suas margens**. In: ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma (orgs). Formas de matar, de morrer e de resistir: limites a resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

\_\_\_\_\_. **Etnicidade e direitos territoriais no Brasil contemporâneo**. In: Revista Iberoamerica, vol. 42, Madrid, 2011.

OLIVEIRA, Arioaldo U. de. **Integrar para não entregar**: Políticas na Amazônia. Campinas: Papirus, 1988.

\_\_\_\_\_. **BR-163 Cuiabá-Santarém**: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, Maurício (org). Amazônia Revelada: os caminhos ao longo BR-163. Brasília: CNPq, 2005, p.67-183.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos índios misturados?** Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: Mana: estudos de Antropologia Social. Vol. 4 (1), p. 47-77. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.

PINTO, Mariana Oliveira. **Entre sonho e a realidade**: desafios da política ambiental na Amazônia. Dissertação de Mestrado apresentada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (179 p.). Programa de Pós-Graduação UNB. Brasília, 2006.

PINTO, Paulo Gabriel da R. **Etnicidade e nacionalismo religioso entre curdos da Síria**. In: Antropolítica: revista contemporânea de Antropologia, n. 19, Niterói: EDUFF, 2005.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado**. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. In: Série Antropologia, n.23, Brasília, 1992.

ROCHA, Vanessa José da. **Gestão Ambiental no setor rodoviário brasileiro**: o caso da pavimentação da BR-163 no estado do Pará. Dissertação de mestrado em Geografia (115 p.). Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

SELUSHINESK, Rosane Duarte R. **De heróis à vilões**: imagem e auto-imagem de colonos da Amazônia mato-grossense. Tese de Doutorado apresentada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (263 p.). Programa de Pós-Graduação UNB. Brasília, 2008.

SWARTZ, Marc. **Introduction**. In: Local Level Politics: social and cultural perspectives. Chicago, Illinois: Aldine Publishing Company, 1968.

VELHO, Otávio G. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2 ed. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

TARCA, Karina Andréa. **“Entre tempos bons e ruins”**. Processos de expansão e fechamento na fronteira amazônica: o caso de Cachoeira da Serra no sul do Pará. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (157 p.). Programa de Pós-Graduação UFF. Niterói, 2014.

TORRES, Maurício (org.). **Amazônia Revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005.

\_\_\_\_\_; DOBLAS, Juan; ALARCON, Daniela. **Dono é quem desmata**: conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense. São Paulo: Urutu-Branco, Altamira: Instituto Agronômico da Amazônia, 2017.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

África 114, 115, 117, 119, 123, 124, 129, 130, 163

Annales 9, 63, 96, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 124

Autoridade 1, 26, 28, 66, 129, 130

### B

Bakuba 114, 117, 119, 120, 121

Baluba 114, 119, 120, 121

Biografia 61, 64, 70, 105, 111

Bonpland 58, 61, 62, 63

Brasil Industrial 7, 9, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 181, 182

### C

Casamento 1, 2, 3, 5, 6, 7, 10

Cidadania 7, 9, 28, 31, 66, 76, 81, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

Colonização 7, 8, 1, 2, 13, 100, 105, 141, 142, 143, 151

Cultura Política 64, 65, 73

### E

Eduardo Suplicy 7, 9, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94

Esquecimento 8, 44, 58, 59, 60, 61, 63, 75, 77, 83, 137

Europa 3, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 51, 62, 81, 98, 99, 101, 108, 129, 130, 154, 155, 163

### F

Fábrica 73, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 181, 182

Família 1, 2, 5, 6, 10, 17, 50, 51, 55, 65, 91, 92, 121, 122, 148, 151, 161, 174

Famílias Livres 8, 12, 15, 18, 20

Frederick Starr 7, 9, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 124

### G

Gastronomia 9, 153, 160, 163, 164

Gustavo Barroso 7, 8, 64, 68, 72

### H

História 2, 7, 1, 10, 14, 21, 26, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 82, 85, 86, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105,

106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 153, 154, 157, 159, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 177, 182, 183  
Historicismo 9, 96, 97, 99, 102, 103, 109, 111

## I

ideal ascético 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47  
Identidade 9, 26, 30, 31, 64, 65, 68, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 82, 83, 84, 94, 96, 105, 137, 140, 146, 150, 168, 170, 181  
Iluminismo 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 154  
Integração 8, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 52, 83, 89, 142  
Intelectual 9, 49, 50, 55, 68, 69, 86, 87, 88, 89, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 105, 107, 109, 110, 112, 127, 133, 134, 155, 161

## L

Lei 7, 8, 6, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 61, 79, 87, 88, 90, 92, 93, 94, 142, 148, 160, 168

## M

Memória 7, 8, 8, 58, 59, 60, 61, 63, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 106, 153, 164, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 177, 181  
Mestiçagem 1, 6, 7, 8, 9  
Militares 32, 64, 68, 70, 81, 83, 148

## N

Nacionalismo 7, 64, 67, 72, 151  
Nada 6, 16, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 47, 48, 55, 122

## O

Ocupação Territorial 12, 20, 141

## P

Paracambi 7, 9, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 181, 182  
Patrimônio 9, 13, 69, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 116, 125, 126, 127, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 177, 181  
Pobres 7, 8, 12, 15, 16, 18, 20, 21, 89, 155, 156

## Q

Querer 35, 38, 39, 40, 41, 47, 48, 136

## R

Razão 4, 5, 36, 39, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 65, 73, 87, 94, 101, 155

Recife 7, 9, 12, 85, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165

## S

Senador 7, 9, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94

Sérgio Buarque de Holanda 7, 9, 96, 98, 99, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112

Sociabilidades 9, 65, 86, 88, 124, 153, 160, 161, 162, 163, 164

Sociedade Civil 34, 49, 51, 53, 89

Sufrimento 7, 8, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47

## T

Tempo 8, 2, 10, 14, 15, 21, 44, 51, 53, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 77, 97, 99, 101, 106, 107, 112, 117, 120, 126, 135, 138, 140, 150, 154, 158, 162, 168, 169, 170, 172, 173

Terras 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 79, 98, 103, 115, 119, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 148, 149, 158, 169

Tolerância Religiosa 49

## U

União Europeia 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34

## V

Voltaire 7, 8, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

Vontade 4, 27, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 99



 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**